

Constituinte é problema para acordo

BRASÍLIA — O Governo está convencido de que o grande entrave à renegociação da dívida externa é a indefinição em torno do texto da Constituição. Por causa disso, a conclusão dos negociadores brasileiros é de que, qualquer acordo a ser celebrado nos próximos dias será obrigatoriamente refeito após a promulgação da Constituição.

Segundo eles têm informado ao Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, os credores estão extremamente sensíveis a todos os debates, declarações e entendimentos políticos dos constituintes, que têm influenciado expressivamente as conversações em Nova York.

A missão brasileira sustenta na mesa de entendimentos a estratégia de que o Brasil pretende obter um acordo de reescalonamento da dívida de médio prazo, abrangendo este ano e o próximo. Mas tem encontrado enormes resistências para isso, porque os bancos defendem um arranjo de curto prazo, o que prejudica os demais ingredientes do acordo, como, por exemplo, a troca de títulos antigos por novos com desconto de

valor (securitização).

Os credores têm se preocupado especialmente com o novo tratamento que será dado à empresa nacional, ainda dependendo de definição pela Constituinte. E todas as tentativas de reestruturar a dívida global de US\$ 78,7 bilhões com os bancos privados têm esbarrado em grandes dificuldades até o momento.

E por isso que surgiu a alternativa de um empréstimo-ponte para solucionar o pagamento dos juros de janeiro, enquanto se negocia um acordo mais duradouro. Fontes que acompanham as conversações com os bancos acham que mesmo um acordo para o todo terá primeiro de superar muitos problemas.

O otimismo das autoridades brasileiras decorre de um telefonema dado na sexta-feira pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao coordenador do Comitê dos Credores, William Rhodes. Este relatou a Mailson que as primeiras conversações haviam funcionando como uma espécie de "quebra gelo", superando a tensão que se caracterizava até então.